

O OCASO DA V REPÚBLICA?

Filipe Vasconcelos Romão

Texto entregue em Junho de 2022

EM 1958, CHARLES DE GAULLE, O GRANDE LÍDER da Resistência francesa, foi nomeado presidente do Conselho de Ministros para pôr fim à grande instabilidade que se vivia num país à beira da guerra civil e com um golpe de Estado em curso. O regresso de De Gaulle representou uma mudança estrutural para França que resiste até hoje. Depois de quase uma década afastado da primeira linha política, o general assumiu a chefia do Governo com uma margem de manobra que lhe permitiu levar a cabo uma profunda alteração da Constituição e erguer a V República.

Podemos hoje afirmar que a V República é um regime desenhado à imagem do seu fundador. Através de uma nova constituição, aprovada em referendo por ampla maioria, foram reforçados os poderes presidenciais e limitados os do até então presidente do Conselho de Ministros. O chefe de Estado passa a ser a figura central do regime, num esforço claro para pôr fim à instabilidade associada ao parlamentarismo e para conferir a De Gaulle os poderes necessários para assumir o controlo da situação política e social. Em Dezembro de 1958, o general foi eleito Presidente com mais de 78% dos votos de um colégio eleitoral composto por cerca de 82.000 grandes eleitores (deputados e representantes dos conselhos regionais e municipais).

O peso da figura presidencial é reforçado, em 1962, com a aprovação em referendo da eleição directa do Presidente da República. Em 1965, De Gaulle é reeleito, embora tenha que disputar a segunda-volta com o socialista François Mitterrand. Conquista 55% dos votos. O conturbado ano de 1968 representa o fim da carreira política do velho general. No entanto, e apesar de toda a contestação ao poder, os franceses continuam a votar à direita: em 1969, Georges Pompidou supera os 58% de votos na segunda-volta da eleição presidencial. Os dois mandatos de sete anos de Mitterrand (1981 – 1995) são fundamentais para a alternância e para a consolidação de uma ideia quase napoleónica de poder. O seu sucessor, o gaullista Jacques Chirac (1995 – 2007), permite uma certa normalização da função, sendo o seu primeiro mandato (ainda com a duração de sete anos) marcado por quase cinco anos de coabitação com uma maioria e um governo da “esquerda plural” liderados pelo socialista Lionel Jospin.

Presidente e pouco mais

O mandato de sete anos, que vigora até ao referendo de 2000, contribui decisivamente para a centralidade da figura presidencial. Porém, a coincidência temporal (5 anos) que

passa a existir entre o mandato do Presidente e a legislatura na Assembleia Nacional reforça indirectamente o chefe de Estado pela redução clara das probabilidades de coabitação. Entre 2002 e 2022, o presidente eleito contou sempre com uma maioria de suporte no parlamento, beneficiando da celebração de eleições legislativas cerca de um mês depois do sufrágio presidencial. Enquanto nos sistemas assumidamente presidencialistas, como o norte-americano, a separação de poderes distancia o executivo do legislativo, no “semi-presidencialismo” francês, um Presidente com maioria na Assembleia Nacional atenua os “freios e contrapesos” do sistema.

“
O regresso de De Gaulle representou uma mudança estrutural para França que resiste até hoje.

O excesso de centralidade da figura presidencial, por outro lado, tem dificultado a vida aos partidos políticos em França, limitando-lhes a autonomia no quadro de uma vida pública cada vez mais personalizada. Os projectos políticos tornam-se mais voláteis e até partidos com grande tradição histórica e vocação de poder estão a desaparecer: o Partido Socialista (PS) sucumbiu à impopularidade da presidência de François Hollande (2012 – 2017) e o gaullismo, depois de várias denominações, começa a ofuscar-se pela distância do poder. A sua candidata na eleição presidencial deste ano, Valérie Pécresse, não passou dos 4,8% na primeira-volta. A socialista Anne Hidalgo obteve 1,74%. Em sentido contrário, em 2017, o recém-eleito Macron conseguiu obter uma confortável maioria na Assembleia Nacional com uma “marca” (La République en Marche!) criada à sombra da organização de uma campanha presidencial vitoriosa.

O ocaso dos partidos tradicionais

O sistema maioritário a duas voltas também dificultou durante muito tempo uma representação consistente das minorias, o que provocou um desfazamento entre os resultados obtidos na concorrida eleição presidencial e nas menos apelativas eleições legislativas. Em 2017, Marine Le Pen obteve um bom resultado na eleição presidencial (21,3% na primeira-volta e 33,9% na segunda-volta), o que lhe conferiu um lugar informal de líder da oposição, mas o seu parti-

do, a Frente Nacional, ficou-se pelos 8 deputados eleitos na Assembleia Nacional. Como veremos abaixo, este ano, o quadro mudou. Desde a eleição de 2002 que um Presidente não conseguia a reeleição, o que é demonstrativo do peso político da função presidencial. Por contraponto, em Portugal, na nossa III República, com um regime semi-presidencialista de pendor parlamentar, os cinco presidentes eleitos por sufrágio directo foram sempre reeleitos.

O ocaso do socialismo e do gaullismo pôs fim ao modelo de alternância que vigorou, em França, durante as últimas décadas. Olhando para os países europeus, a transformação do sistema de partidos não parece ser uma excêntrica francesa.

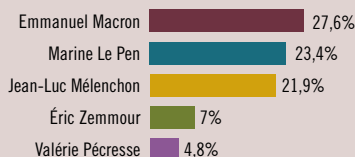
Em Espanha, o Partido Popular (PP) e o Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) assistem, desde 2015, ao fim do duopólio em que governaram nas décadas de 80 e 90 do século XX e na primeira década e meia do século XXI. Durante 30 anos, o sistema eleitoral proporcional espanhol produziu nada menos do que cinco maiorias absolutas de um só partido (1982, 1986, 1989, 2000 e 2011) e quatro maiorias relativas robustas (1993, 1996, 2004 e 2008). Por outro lado, na Alemanha, nas eleições legislativas de 2021, a soma dos votos das duas formações mais votadas (SPD e CDU/CSU) não chegou aos 50%, quando em 2013 superava os 67%.

As eleições legislativas em França parecem ter confirmado a consolidação de um “novo” sistema de partidos assente em três grandes opções como oferta eleitoral: a amalgama centrista de Emmanuel Macron, na qual também se refugiaram sociais-democratas e gaullistas moderados; a extrema-direita de Marine Le Pen, polida na aparência mas com um programa que mantém obsessão com a imigração e que aponta para uma saída da União Europeia; e a esquerda radical de Jean-Luc Mélenchon com alguma capacidade de atracção de eleitores mais jovens e que surge como inevitavelmente sedutora para a ala esquerda do quase desaparecido PS, ecologistas e outros pequenos partidos.

Mélenchon, com o bom resultado obtido na primeira-volta da eleição presidencial, procurou assumir a liderança de uma nova “frente popular” (Nova União Popular Ecologista e Social) formalizada entre o seu movimento França Insubmissa, comunistas, socialistas e ecologista. A campanha do líder radical assentou no pedido de uma maioria de esquerda que lhe permitisse chegar a primeiro-ministro de um governo de coabitação com Macron. O objectivo de Mélenchon não foi atingido, mas a esquerda conseguiu chegar aos 151 deputados, algo impensável sem uma coligação pré-eleitoral.

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS 2022 EM FRANÇA - 1º TURNO

Fonte: dpa, 11 de abril 2022. <https://www.dw.com/pt-br/fran%C3%A7a-ter%C3%A1-segundo-turno-entre-emmanuel-macron-e-marine-le-pen/a-61426509>



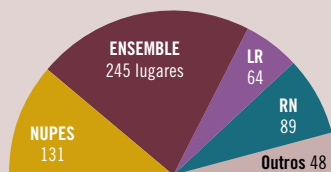
ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS 2022 EM FRANÇA - 2º TURNO

Fonte: dpa, 25 de abril 2022.



RESULTADOS LEGISLATIVAS EM FRANÇA (19 de Junho 2022).

Fonte: Ifop



NUPES – Nova União Popular Ecológica e Social
ENSEMBLE! – Juntos!
LR – Les Républicains (Os Republicanos)
RN – Rassemblement National (União Nacional)

Macron perdeu a maioria de apoio e a coligação “Juntos!” que reunia as forças da base presidencial ficou-se pelos 245 deputados. Pela primeira vez desde 2002 um Presidente não conta com a maioria absoluta dos eleitos à Assembleia Nacional. O que resta do gaullismo partidário, agora com a denominação Republicanos, não foi além dos 64 deputados. Este número é suficiente para contribuir para uma maioria absoluta presidencial, mas não chega para atenuar a crise da corrente política que estruturou e dominou a V República.

A extrema-direita foi a verdadeira surpresa das eleições legislativas. Os precedentes não eram abonatórios para o movimento de Marine Le Pen: mesmo passando à segunda-volta de eleições presidenciais (2002 e 2017), o sistema maioritário a duas voltas através do qual é eleita a Assembleia Nacional bloqueava a formação de um grupo parlamentar. Este ano, esse bloqueio foi quebrado em boa medida graças à ausência da denominada lógica de “frente republicana”: nem Macron nem Mélenchon apelaram explicitamente ao voto mútuo em segunda-volta em caso de confronto com candidatos de extrema-direita. O Reunião Nacional, herdeiro da Frente Nacional, conseguiu, assim, fazer eleger 89 deputados, número sem precedente.

E agora Macron?

O segundo mandato de Macron será, assim, muito diferente do primeiro. No atípico sistema francês, o poder legislativo ganhou uma força que talvez nunca tenha tido nos mais de sessenta anos de V República. Neste período, a regra foi a do poder fortemente concentrado na figura do Presidente, fruto da coincidência entre maiorias parlamentar e presidencial. Também houve momentos de coabitação, com a Assembleia Nacional a comportar uma maioria divergente da presidencial. Nesses casos, os franceses assistiram a uma partilha de poder entre o chefe de Estado e o primeiro-ministro. No entanto, a ausência de uma maioria parlamentar definida só se tinha registado na IX legislatura (1988 – 1993). O actual quadro ditará uma redistribuição de poder entre o Palácio do Eliseu (sede presidencial) e a Assembleia Nacional.

“Na dimensão externa, o fim da era Merkel e a maior fragilidade da liderança de Olaf Scholtz são uma oportunidade para Macron.”

No essencial, porém, França continuará no impasse que atravessa há anos. Embora vote em soluções de centro e direita, é muito difícil levar a cabo qualquer tipo de reforma que vise aligeirar o funcionamento do Estado ou liberalizar as dimensões mais estatistas da economia do país. As reformas têm fracassado sistematicamente.

Na dimensão externa, o fim da era Merkel e a maior fragilidade da liderança de Olaf Scholtz são uma oportunidade para Macron. Com a guerra na Ucrânia a acentuar a importância da dimensão política da União Europeia e a reactivar a NATO, França pode ganhar peso pela reversão de quase duas décadas monopolizadas por crises que potenciaram a liderança (económica) alemã. No entanto, a forma como Berlim assumiu, pela primeira vez em décadas, que iria levar a cabo um aumento drástico da sua despesa em segurança e defesa pode contribuir para um maior equilíbrio e para uma redução do peso relativo francês. ■